

Educação 2006 | **50 Medidas de Política**
para melhorar a escola pública

O documento apresenta o conjunto das medidas e acções lançadas, em 2006, pelo Ministério da Educação, organizadas em cinco grandes áreas de intervenção, para as quais se definiram objectivos específicos:

- 9 medidas para qualificar e integrar o 1.º ciclo do ensino básico
- 15 medidas para melhorar as condições de ensino e aprendizagem no ensino básico
- 5 medidas para avaliar a reforma do ensino secundário e diversificar ofertas formativas
- 8 medidas para concretizar a Iniciativa Novas Oportunidades de qualificação para os jovens e para os adultos
- 13 medidas para melhorar as condições de funcionamento das escolas e de trabalho dos professores

Do conjunto das 50 medidas destacam-se quatro pelo impacto positivo na qualificação da escola pública e na melhoria do sistema de ensino:

- (1)** Generalização da escola a tempo inteiro, com as actividades de enriquecimento curricular, nas quais se inclui o ensino do Inglês;
- (2)** Dinâmica de reorganização e requalificação da rede do 1.º ciclo do ensino básico, gerada pelo processo de encerramento de escolas isoladas, de aprovação das cartas educativas e de inclusão de um instrumento financeiro para apoio à requalificação no próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- (3)** Criação de 500 cursos profissionais, com 20 000 novos alunos, bem como a generalização dos cursos educação formação (CEF de nível II) atraindo alunos de insucesso e em risco de abandono da escola sem o 9.º ano de escolaridade;
- (4)** Estabilidade dos professores, das escolas e das famílias, com a fixação de um regime de colocação dos docentes por três anos.

1. Qualificar e integrar o 1.º ciclo do ensino básico

Qualificar o 1.º ciclo do ensino básico integrando-o efectivamente no sistema de ensino e superando os problemas de abandono e desinvestimento a que este ciclo tem estado sujeito.

Escola a tempo inteiro – Actividades de Enriquecimento Curricular EB1

Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho – Acordo com a ANMP

Generalização do acesso a Actividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico até às 17.30 horas:

Inglês para todos os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade;

Estudo Acompanhado para todos os alunos;

Inglês para alunos dos 1.º e 2.º anos de escolaridade;

Música e Actividade Física e Desportiva para todos os alunos;

Elaboração de orientações programáticas para Música, Actividade Física e Desportiva e Inglês.

260 autarquias são promotoras do programa.
99% das escolas estão abrangidas pelo programa.
ME financiará cerca de 80 milhões de euros.
Custo por aluno/ano até 250 euros.

Programa de Generalização das Refeições no 1.º ciclo

Acordo com a ANMP

Generalização do fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo, através da candidatura dos municípios a um financiamento específico.

Cerca de 80% de alunos abrangidos (310 000).
Financiamento de 10 milhões de euros em 2006.

Racionalização da rede escolar do 1.º ciclo

Acordo com a ANMP

É nas escolas de reduzida dimensão que o fenómeno do insucesso escolar se manifesta de forma mais expressiva, existindo uma forte correlação entre taxas de aproveitamento escolar inferiores à média nacional e escolas com poucos alunos.

1500 escolas encerradas em 212 concelhos.
2,4 milhões de euros investidos nas escolas acolhedoras.
Cerca de 11 000 alunos transferidos.
847 escolas de acolhimento.

Homologação das cartas educativas

Acordo com a ANMP

Homologação dos pareceres das cartas educativas.

Inclusão da renovação do parque escolar como prioridade no QREN, instrumento financeiro disponível para as autarquias e o ME.

81 cartas homologadas (29%).

Transporte Escolar dos alunos do 1.º ciclo afectados pelo encerramento de escolas

Acordo com a ANMP

Financiamento relativo ao transporte de alunos
das escolas que encerram para as que os acolhem.

10 000 novos alunos transportados.
Custo de 290 euros por aluno/ano.

Isenção do Imposto Automóvel

Lei n.º 36/2006, de 2 de Agosto

Isenção do pagamento de Imposto Automóvel por parte das câmaras municipais relativamente aos veículos adquiram e se destinem ao transporte de crianças em idade escolar do ensino básico.

Orientações curriculares para o 1.º ciclo

Despacho n.º 19 575/2006, de 25 de Setembro

Elaboração de orientações sobre os tempos mínimos a dedicar às áreas fundamentais do currículo do 1.º ciclo, reforçando o tempo de trabalho tarefa nas actividades relacionadas com a aquisição das competências básicas:

Oito horas por semana para a Língua Portuguesa, incluindo: uma hora diária para a leitura; sete horas para a Matemática; cinco horas para o Estudo do Meio, sendo que metade destas últimas deve ser dedicada ao Ensino Experimental das Ciências.

**Programa de formação contínua para professores
do 1.º ciclo em Matemática, Português, Ensino Experimental e TIC**

Reedição do programa de formação contínua em Matemática para professores do 1.º ciclo, garantindo a formação, o acompanhamento dos professores e das escolas por instituições de ensino superior.

Alargamento ao Português, ao Ensino Experimental e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

6000 professores abrangidos no ano lectivo 2005/06.
7000 professores no ano lectivo 2006/07.

Novas regras do Leite Escolar

Decreto-Lei n.º 223/2006, de 13 de Novembro

Criação de um regime especial de procedimento especial para a aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa do Leite Escolar.

2. Melhorar as condições de ensino e aprendizagem no ensino básico

Aperfeiçoar aspectos de organização e funcionamento da escola como elementos essenciais da melhoria das condições de ensino e aprendizagem e de combate ao insucesso.

Ocupação Plena dos Tempos Escolares

Despacho n.º 13 599/2007, de 28 de Junho

Garantia de que as escolas preenchem com actividades educativas variadas os furos de horário resultantes da ausência de professores.

No ano lectivo 2005/06, a ocupação plena dos tempos escolares foi tornada obrigatória em todas as escolas do ensino básico.

No ano lectivo 2006/07, esta medida foi alargada a todas as escolas do ensino secundário.

Em muitas escolas e agrupamentos, a totalidade das aulas previstas já é efectivamente dada.

Plano de Acção para a Matemática

Promoção de projectos de escola para a recuperação de resultados em Matemática nos 2.º e 3.º ciclos.
O ME assegura, igualmente, o acompanhamento dos projectos em cada escola.

1200 escolas apresentaram projectos já aprovados.
O apoio global ronda os 9 milhões de euros.

Plano Nacional de Leitura

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de Julho

Iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sendo objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o País a par dos parceiros europeus.

4100 escolas envolvidas.

Financiamento de 1,5 milhões de euros em livros para as salas de aula.

80 protocolos com câmaras.

Protocolos com ANMP e CONFAP.

Educação para a Saúde (Educação Sexual)

Protocolo entre o ME e o Ministério da Saúde,
assinado em 7 de Fevereiro de 2006

Obrigatoriedade da Educação Sexual integrada na área de Educação para a Saúde, abordada nas áreas curriculares não disciplinares no ensino básico.

Criação de gabinetes de atendimento no ensino secundário.

186 escolas no projecto inicial.
Alargamento a todas as escolas em 2006/07.
Programa de formação contínua de professores.

Educação para a Saúde (Educação Alimentar em Meio Escolar)

Disponibilização do livro “Educação Alimentar em Meio Escolar – Referencial para Uma Oferta Alimentar Saudável” com indicações sobre a alimentação que deve ser fornecida aos alunos nos bufetes e nas cantinas.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Lançamento da iniciativa “Escolas, Professores e Computadores Portáteis” tendo em vista o apetrechamento das escolas para apoio ao trabalho em sala de aula e ao trabalho dos professores. Conclusão do apetrechamento de mais de 1000 salas TIC com 14 computadores cada.

1100 projectos aprovados.
26 000 computadores portáteis atribuídos.
1100 projectores de vídeo e pontos de acesso sem fio atribuídos.
Rácio passa para 1 computador para 13 alunos
(no ano lectivo passado, o rácio era de 1 computador para 16 alunos)

Observatório da Segurança na Escola

Criação do Observatório da Segurança na Escola com o objectivo de melhorar as condições de segurança, aperfeiçoar a produção de informação estatística e de produzir estudos e recomendações que suportem a intervenção nos estabelecimentos de ensino.

Novo regulamento Escola Segura

Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de Dezembro

Novas regras para o Programa Escola Segura
pressupondo uma mais forte articulação entre o ME e a PSP.

Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

**Reedição do projecto TEIP em 34 territórios
nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.**

Inclui a elaboração de projectos educativos que envolvam um conjunto diversificado de medidas e acções de intervenção na escola e na comunidade prioritariamente orientadas para a reinserção escolar do aluno.

O projecto educativo constituirá a base de negociação de um contrato-programa a outorgar entre a escola e o ME.

34 territórios em fase final de elaboração dos projectos.

Língua Portuguesa como Língua não Materna

Despacho normativo n.º 7/2006, de 28 de Novembro

Início dos processos de certificação em Língua Portuguesa como Língua não Materna para professores e requerentes da nacionalidade.

Linhas Orientadoras da Língua Portuguesa como Língua não Materna, criando três grupos de proficiência e incluindo orientações sobre a implantação, o acompanhamento e a avaliação das actividades curriculares e extracurriculares específicas a desenvolver.

Manuais escolares

Lei n.º 47/2006, 28 de Agosto

Aprovação da lei dos manuais escolares
(em processo de regulamentação).

Fórum Educação para a Cidadania

Realização do 1.º Fórum Educação para a Cidadania em Setembro 2006.

A iniciativa, que mobiliza diversas instituições e individualidades do mundo académico, cultural e associativo, visa a produção de recomendações e de recursos pedagógicos para disponibilizar às escolas no âmbito da Educação para a Cidadania.

Necessidades Educativas Especiais

Decreto-Lei n.º 27/2006

Criação do Grupo de Recrutamento para a Educação Especial, subdividido em três subgrupos, tendo em conta as necessidades educativas dos alunos.

Docentes do ensino especial passam a concorrer ao concurso nacional em condições idênticas às dos restantes professores.

Colocação dos professores nos agrupamentos, permitindo uma melhor gestão dos recursos humanos pelas escolas.

Elaboração de relatórios individuais dos alunos sinalizados.

Equivalências de habilitações de sistemas educativos estrangeiros

Elaboração de portarias relativas às equivalências
com a conversão dos sistemas de mais de duas dezenas de países.

Protocolo com MTSS para reforço das CPCJ

Protocolo com MTSS para o reforço das CPCJ com 300 professores

Protocolo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) para o reforço das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens através do envolvimento de um maior número de professores.

Protocolo assinado em Julho de 2006 envolvendo 300 professores.

3. Ensino secundário – Avaliar a reforma e diversificar ofertas formativas

Reforçar a identidade do ensino secundário. Aumentar o número de diplomados com este nível de ensino e reforçar o peso relativo das ofertas formativas de carácter profissional.

Avaliação da reforma do ensino secundário

Avaliação e acompanhamento da reforma do ensino secundário em curso com o objectivo de conhecer as dinâmicas verificadas no terreno, fornecer as indicações práticas necessárias para a monitorização da mesma e introduzir os ajustamentos necessários à sua efectiva implantação.

**Época especial de exames
para conclusão do ensino secundário**

Despacho n.º 21 008/2006

Época especial para exames às disciplinas não sujeitas
a exame nacional para efeitos de conclusão do ensino secundário.

Exames 12.º ano

Despacho Normativo n.º 15/2006, de 13 de Novembro

Os alunos do 12.º ano vão realizar, no final deste ano lectivo, um exame único para cada uma das nove disciplinas comuns às duas reformas curriculares (de 1989 e 2004) e a três alterações programáticas.

Avaliação do Ensino Artístico

Avaliação do Ensino Artístico de forma a fornecer as linhas orientadoras para as alterações a introduzir.

Organização da Conferência Mundial da Educação Artística

Organização da Conferência Mundial da Educação Artística que decorreu em Lisboa em Março de 2006.

Nomeação de um grupo de trabalho para a organizar de uma Conferência Nacional para o Ensino Artístico em 2007.

4. Iniciativa Novas Oportunidades de qualificação para os jovens e para os adultos

Lançamento da iniciativa Novas Oportunidades, em articulação com o MTSS, com o objectivo central de promover a qualificação de jovens e de adultos, tornando o secundário como nível referência.

Cursos profissionais nas escolas secundárias públicas

Abertura da possibilidade e incentivo ao desenvolvimento de cursos profissionais para as escolas secundárias da rede pública, aproveitando a sua capacidade instalada (em termos de recursos físicos e humanos) para este esforço de diversificação e de aumento da oferta.

500 novos cursos a funcionar neste ano lectivo.
23 000 novos alunos em cursos profissionais.

**Aumento de vagas
nos cursos educação formação (CEF) de nível II e III**

Alargamento às escolas profissionais da possibilidade de desenvolver cursos profissionais de nível II (9.º ano).

Aumento do número de vagas nos CEF de nível II e III, nas escolas das redes pública e privada.

17 193 novas vagas nos CEF nível II.
3109 novas vagas nos CEF nível III.

Expansão da rede de Centros de RVCC

Expansão da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

270 Centros RVCC em 2006 (98 em 2005).

Reestruturação do ensino recorrente

Reestruturação do ensino recorrente
e reconversão dos cursos de ensino recorrente
em cursos educação e formação de adultos (EFA).

567 novas turmas nos EFA escolares.
103 novas turmas nos EFA de dupla certificação.

Pólos de Qualificação, Educação e Formação

Assinatura de um protocolo entre a Direcção Regional de Educação de Lisboa e o Instituto de Emprego e Formação Profissional com vista à ocupação de parte das instalações da Escola Secundária Marquês de Pombal pelo Centro de Formação Profissional para Jornalistas (Cenjor) e pelo Centro de Formação Profissional do Sector Terciário.

Trata-se de rentabilizar espaços para dar resposta ao desafio da diversificação das ofertas formativas ao nível do ensino secundário.

Prevêm-se novos protocolos similares em 2007.

Protocolos para a qualificação de activos

Com vista à instalação de Centros RVCC, foram celebrados diversos protocolos com o Ministério da Defesa, o Ministério da Administração Interna, a Portugal Telecom, as Associações Empresariais, Industriais e Comerciais do Distrito de Braga e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Guia de Acesso ao Ensino Secundário e página Novas Oportunidades

Foi publicado, através do trabalho conjunto entre o ME e o MTSS, o “Guia de Acesso ao Secundário: Educação e Formação”. Este guia reúne, de forma integrada e exhaustiva, toda a oferta de dupla certificação existente nas escolas secundárias, nas escolas profissionais, nos centros de formação profissional, etc. A informação sobre a rede abrange as ofertas dirigidas quer a jovens, quer a adultos (cursos EFA e Centros de RVCC, para além do ensino recorrente).

Existe igualmente uma plataforma *online* permanentemente actualizada na página das Novas Oportunidades.

Referencial do 12.º ano e extensão do processo de RVCC

Publicação dos referenciais do 12.º ano para o processo de RVCC

5. Melhorar as condições de funcionamento das escolas e de trabalho dos professores

Atribuir aos conselhos executivos a responsabilidade de organização do trabalho docente, através de uma nova forma de organização da componente não lectiva de estabelecimento.
Promoção da estabilização do corpo docente.

**Estabilidade do corpo docente
- Plurianualidade das colocações de professores**

Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro

Revisão do regime jurídico integrado do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com o objectivo essencial de criar condições para a estabilização do corpo docente.

Avaliação e autonomia das escolas

Foi apresentado o primeiro relatório de avaliação de 24 escolas/agrupamentos de escolas.

Encontram-se em preparação os primeiros 24 contratos de autonomia.

Envolvidas mais 100 escolas em processo de avaliação externa em 2006/07.

Reforço das competências de gestão das escolas

Transferência de novas competências das direcções regionais de educação para as escolas, tendo em vista prosseguir o processo de aprofundamento da autonomia das escolas e das suas competências na gestão de recursos e processos pedagógicos.

Criação de equipas pedagógicas

Despacho n.º 13 599/2006

A estabilização do corpo docente permite a criação de equipas pedagógicas, integradas pelos professores das diferentes disciplinas e pelos docentes de ensino especial, que acompanham os alunos ao longo de um ciclo de escolaridade.

Programa de Modernização das Escolas Secundárias

Criação da Parque Escolar EPE para planear, gerir e desenvolver o processo de modernização dos estabelecimentos do ensino secundário.

Criação do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário para proceder à reabilitação dos estabelecimentos deste nível de ensino, promovendo a sua modernização.

Revisão do Estatuto da Carreira Docente

Aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Novembro de 2006

Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) assente em três princípios fundamentais: a estruturação da carreira docente nas categorias de professor e professor titular, a avaliação de desempenho como componente fundamental para a progressão na carreira e a maior exigência no acesso à profissão.

Redução do número professores destacados

Redução do número de professores destacados em vários serviços e instituições.

Acordo com os sindicatos para a redução de professores destacados nos sindicatos.

Português no Estrangeiro

Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, Portaria 1396/2006, 14 de Dezembro

Estabelecimento dos princípios gerais aplicáveis ao Ensino Português no Estrangeiro. Das alterações introduzidas, destacam-se as normas de recrutamento do pessoal docente, que passa a fazer-se já não através do destacamento dos docentes dos quadros do ME, mas em regime de contratação anual.

Novo regime de Habilitação Profissional para a Docência – Formação Inicial de Professores

Aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 2006

Revisão das condições de habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, aproveitando a oportunidade criada pelo processo de Bolonha para melhorar as condições de selecção de professores.

Grupos de Recrutamento

Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro

Criação e definição dos grupos de recrutamento para efeitos de recrutamento e selecção de pessoal docente para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário, reagrupando e reorganizando os antigos grupos de docência.

Professores incapacitados para docência

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de Novembro

Regulamentação da reconversão profissional dos professores permanentemente incapacitados para a docência e criação de condições para a sua reafectação e reconversão de acordo com as respectivas capacidades e qualificações.

Simplificação da matrícula

Despacho n.º 7005/2006 (2.ª série), de 4 de Abril

Simplificação do processo de matrícula no âmbito do Simplex.

Informatização dos procedimentos administrativos

Despacho n.º 7504/2006 (2.ª série), de 4 de Abril

Generalização do processo de exportação de dados financeiros relativos a recursos humanos pelos agrupamentos e escolas para o ME.

Educação 2006 | **50 Medidas de Política**
para melhorar a escola pública